

RESPOSTA À RECENSÃO DO LIVRO PURGA EM ANGOLA

A história contemporânea, pela proximidade dos acontecimentos, suscita em geral maior atenção e, por vezes, acaloradas discussões. Mas, em regra, nada que se compare ao ocorrido com o livro *Purga em Angola*. Comentado em dezenas de jornais, revistas e blogues, as apreciações foram do «muito bom» ao «péssimo», tendo suscitado críticas à direita e à esquerda. Uns, porventura preocupados com os seus interesses ou negócios, disseram não ter gostado; outros, certamente por verem atingidos velhos amigos (mesmo que irreconhecíveis), não hesitaram em considerar os processos de investigação como «métodos pidescos». Contudo, mais do que o tom azedo das críticas, imperou a difamação. E os insultos surgiram quer em jornais portugueses de referência, quer mesmo no oficioso *Jornal de Angola*, sempre dirigidos à co-autora do livro, o que se explicará com o facto de ser mulher.

A provocação não se responde por escrito. Mas responde-se à preocupação com o esclarecimento dos factos. Por isso, entendemos responder à recensão publicada pela jornalista Lara Pawson, na revista *Relações Internacionais* do passado mês de Junho, agradecendo desde já o ter considerado o livro como «contributo valiosíssimo» para o esclarecimento do tema.

Claro que, na recensão, a aparente simplificação podia ser interpretada como caricatura do que pretendíamos dizer. Passemos também por alto sobre as afirmações não fundamentadas ou inconsistentes a respeito do «outro MPLA» ou da

obra de Jean-Michel Mabeko Tali, afinal 36 citações do único trabalho académico de fôlego sobre o MPLA (num livro com nada menos que 560). Tais simplificações ou alusões não põem em causa a seriedade do escrito de Lara Pawson, a capacidade para ultrapassar preconceitos, a busca sincera da verdade. Vamos, então, responder a algumas críticas e observações, corrigir interpretações a nosso ver menos justas e prestar esclarecimentos considerados importantes para o aprofundamento do tema.

1. Lara Pawson põe em dúvida «a validade de algum material aqui utilizado», dando como exemplo a transcrição de frases ditas em segunda mão, como o propósito de Agostinho Neto dismantelar a organização existente em Luanda ou a afirmação de que Lúcio Lara acusara, com um ano de antecedência, Nito Alves de preparar um golpe.

O serviços de *Intelligence* ensinam que uma informação do tipo «disse que disse» não deve ser atirada para o cesto dos papéis. Apesar de mal classificada, deve ser conservada, pois novas informações podem vir a confirmá-la. E foi o que aconteceu naqueles casos.

Demonstrou-se que a direcção oficial do MPLA cedo começou a dismantelar a organização existente do Movimento e do Poder Popular: expulsou e prendeu quadros, suspendeu organismos de direcção, alterou toda a estrutura dos DOM, retirou a legitimidade aos órgãos eleitos do poder popular.

E demonstrou-se, também, que o anúncio do golpe de Estado se repetiu, por mais de uma vez. O próprio Nito Alves, quatro

meses antes do 27 de Maio e em carta ao embaixador Albertino de Almeida (carta que depositámos, com todo o material recolhido, num arquivo português), afirmava que o acusavam de estar a preparar um golpe de Estado. E na véspera do 27 de Maio, era o próprio Lúcio Lara que, no horário nobre da televisão, lia uma mensagem terrificante, dando a entender que se estava a preparar um golpe de Estado. As fontes por nós utilizadas estão identificadas. Com umas quantas excepções: não identificámos dois quadros da polícia política, dois cineastas, dois angolanos e alguns declarantes. Fizemo-lo para que fosse acautelada a sua segurança e tranquilidade. No entanto, gravámos todas as entrevistas e declarações. As gravações, assim como as transcrições feitas em papel, tudo perfeitamente identificado, foram avaliadas e aceites pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo e poderão ser consultadas nos prazos legais. De modo que o material utilizado na investigação (gravações, filmes, cartas, documentos, revistas e jornais) tem plena validade, só assim se justificando a possibilidade do seu depósito.

2. Segundo Lara Pawson, nunca nos coibimos de apontar o dedo a Neto. E no entanto, fazemos «uma análise demasiado condescendente de Alves».

Vejamos então. Logo no início do livro afirmámos que Nito Alves «padecia das limitações de quem vivera muitos anos isolado e acossado, do autodidacta que encontrara num manual marxista uma nova bíblia, onde buscava soluções para todos os problemas». E logo acrescentá-

mos que tais limitações «levariam inevitavelmente a manifestações de dogmatismo e de radicalismo». Dissemos, ainda, que, a sua obra mais citada, as chamadas «Treze Teses...», eram um texto «insuportavelmente dogmático, com dezenas e dezenas de citações, a propósito e sobretudo a despropósito». E não deixamos de denunciar o terrível discurso proferido em frente à Câmara Municipal de Luanda, onde apelava «à delação e prisão de elementos da OCA e da Revolta Activa», tendo chegado a «mandar ofícios a saber em que repartição do Estado» estariam a trabalhar. Pouco mais se poderia dizer de Nito Alves. Até porque nos recusamos a embarcar na corrente dos que fazem processos de intenção, declarando que, se tivessem vencido, os nitistas «possivelmente ainda fariam pior», isto é, provocariam um maior banho de sangue.

Quanto a Agostinho Neto, mostrámos que tratou a frente política MPLA como um partido leninista, ainda que com muito centralismo e bem pouca democracia. Mostrámos, também, que tinha por hábito resolver os problemas de dissidência da pior forma, confirmando as sombrias previsões de Viriato da Cruz que vira nele um «autocrata em potência» (Michel Laban, *Mário Pinto de Andrade – Uma Entrevista*, Sá da Costa, Lisboa, 1977, p. 180). E mostrámos, ainda, que estava disposto a abdicar de princípios, a renunciar a projectos, a aliar-se com o diabo, desde que tal lhe permitisse a sobrevivência política. Para o mostrarmos demos o exemplo das negociações travadas, em 1963, com as autoridades coloniais. Só que tais conversações se repetiram dez anos depois.

No livro *A Vitória Traída*, publicado precisamente em 1977, quatro generais do Antigo Regime, Luz Cunha, Káulza de Arriaga, Bettencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques, referem que, em finais de 1973, numa nova situação de crise do MPLA, Agostinho Neto enviou a Lisboa um membro do seu Comité Central, com o objectivo de explorar a hipótese de colocar quadros seus e o que restava da guerrilha à disposição do regime colonial, para enfrentarem o inimigo comum, a FNLA (p. 255).

Nem se diga que eram apenas actos pacificadores, destinados a «interromper o ciclo de violência e de sofrimento de dois povos» (Edmundo Rocha, in *Viriato da Cruz, o Homem e o Mito*, Prefácio, Lisboa, 2008, p. 438): primeiro, porque as negociações não visavam a independência, mas a aceitação da solução colonial; segundo, porque aquele propósito pacificador nunca se manifestara no seio da família MPLA.

Não se diga, também, que, para sermos objectivos, não devíamos ter «estados de alma». Que fique, então, claro. Recusámo-nos a abdicar de princípios democráticos e de valores éticos, culpabilizando a vítima e perdendo ao algoz, quando sabemos que Agostinho Neto dispensou os tribunais e deu o tiro de partida na corrida para o terror.

3. Segundo a jornalista, o livro «não chega a ir ao fundo do relacionamento entre Nito Alves e a União Soviética». E como que a comprová-lo invoca testemunhos declarando que «os soviéticos não foram neutros», pois Nito Alves tinha o apoio de «determinada secção do KGB».

Estamos dispostos a aceitar que os soviéticos não gostavam de Agostinho Neto e dos que o rodeavam. Podemos até reconhecer que simpatizavam com Nito Alves.

Mas o problema não reside nas simpatias ou antipatias. Reside sim em saber qual a participação dos soviéticos nos acontecimentos do 27 de Maio. Iko Carreira, o terceiro homem do MPLA e o único que avançou com uma acusação concreta, falou da colaboração de dois secretários do adido militar, um dos quais até arrendara uma casa no Sambizanga, para poder dar conselhos aos dirigentes do golpe.

Ora, para além desta versão caricatural de um secretário a orientar um golpe e de acusações não fundamentadas, existe um testemunho esclarecedor. Karen I. Brutentz, antigo vice-chefe da Secção Internacional do Partido Comunista da União Soviética, ligado às relações com o Terceiro Mundo, num livro de memórias intitulado *Trinta Anos na Praça Velha* (publicado em Moscovo, em 1998), relata deste modo o encontro realizado, em Agosto de 1977, entre Leonid Brejnev e Agostinho Neto (p. 494):

«Como era costume, ao dirigente de Angola, como hóspede, foi concedida a primeira intervenção. Depois das tradicionais frases com generalidades, subitamente, Neto abordou o assunto do recente golpe militar em Luanda. E ignorando os meandros diplomáticos, declarou:

– Vim cá porque ocorreu uma coisa, um golpe. E gostaria de saber pessoalmente de si, se Moscovo participou ou não nesta conjura contra mim? Porque, segundo me

dizem, os vossos homens estavam envolvidos.

Claro que todos os olhares se viraram para Brejnev. Os presentes e principalmente os representantes soviéticos esperavam que reagisse à pergunta do dirigente angolano, que (de acordo com a realidade) desmentisse semelhante hipótese, que confirmasse que não tínhamos renunciado ao apoio a Neto. Leonid Ilitch [Brejnev] segurou na folha já preparada e começou a ler:

– A situação no nosso país é boa, as previsões sobre as colheitas são fantásticas...

Parecia que fugíamos às perguntas e, assim, confirmávamos as dúvidas de Neto. Todas as tentativas para “soprar a resposta”, enviando-lhe novos papéis, se goraram. Depois da leitura, Brejnev declarou num tom entre o interrogativo e o afirmativo:

– Li bem?!

Só depois do intervalo do almoço oficial, num “acrescento” feito por um dos participantes no encontro, se conseguiu atenuar parcialmente a impressão causada.»

É um facto que, em Angola, houve interferência de terceiros. Mas, no caso que se analisa, só forçando a nota se poderia reconduzir a luta pelo poder no seio do MPLA ao conflito Leste-Oeste. A questão era, quanto a nós, bem menos planetária e bem mais pessoal ou grupal.

4. Na recensão de Lara Pawson existe um evidente equívoco no episódio dos mortos carbonizados numa ambulância, incidente que serviu de pretexto ao desencadear do terror.

A este propósito avançámos com as três versões existentes.

Duas versões oficiais, uma dizendo que tinham sido os nitistas a matar, outra que os mortos tinham sido vítimas de «excessos incontrolláveis». E uma terceira versão, que dizemos ser hoje defendida por muito boa gente. Mas esta «muito boa gente» (em que, querendo, até se podem incluir os autores do livro) não é prova, limitando-se a raciocinar sobre dados que lhe forneceram. Vejamos, então, o que se diz e quem o diz:

1.º – João Kandanda, militar das FAPLA e elemento da DISA, numa entrevista ao jornal angolano *Folha 8* (26 de Maio de 2001), afirmava que, entre os elementos do grupo do futebolista Kiferro, em cuja casa estavam detidos os presos levados do quartel da 9.ª Brigada, se encontrava um elemento provocador, um tal Tony Laton. E foi este elemento que disparou, matando uns e ferindo gravemente outros. Este Laton (que nunca ninguém disse ou sequer imaginou que fosse agente da CIA) tornou-se posteriormente assessor de *Onambwé*, o subdirector da polícia política angolana. Esta versão foi ouvida, também, por Miguel Francisco (*Michel*), militar, a um colega com ele detido no campo de concentração da Calunda, a milhares de quilómetros. Será, pois, natural que habitantes do Sambizanga apareçam a dizer que os presos foram mortos pelo grupo de Kiferro, já que Laton integrava tal grupo.

2.º – Os elementos do grupo de Kiferro, segundo declarações gravadas e transcritas de um antigo responsável da DISA, foram todos presos e imediatamente fuzilados pela polícia política. Todos... menos Tony Laton.

3.º – Os mortos na casa do futebolista Kiferro foram encontrados carbonizados, no dia seguinte, numa ambulância, ambulância esta que, segundo testemunho de um médico psiquiatra, fora levantada no hospital, por um tal Melo Xavier, colaborador da polícia política, identificado no filme dos acontecimentos realizado pelo Ministério da Defesa ao lado do subdirector Onambwé. Xavier costumava ir buscar a ambulância ao hospital, onde aparecia de bata branca e estetoscópio ao pescoço, o que até levou um nosso entrevistado da DISA a tomá-lo por médico.

4.º – Da casa do futebolista Kiferro terá conseguido fugir Ciel da Conceição, dirigente do MPLA que, tanto quanto se sabe, continua a viver em Angola. Conceição foi apresentado, logo a seguir, na televisão, com a cabeça toda ligada, devido aos maus-tratos sofridos. No entanto, um mês depois, apareceu na Cadeia de São Paulo e os presos recordam perfeitamente o facto de ter o cabelo comprido e não apresentar marca de qualquer ferimento.

5.º – Entre os mortos na casa do futebolista Kiferro encontravam-se três amigos de Nito Alves: o médico Garcia Neto, José Manuel Paiva (*Bula*) e Eugénio Veríssimo da Costa (*Nzaji*), o qual teria estado numa reunião preparatória da acção do 27 de Maio, segundo um quadro da DISA.

6.º – Onambwé e outros quadros da DISA, no quartel da 9.ª Brigada (onde há quem chame a atenção para a fuga de uma carrinha com os presos) ou junto à ambulância

com os corpos carbonizados, agem com perfeita tranquilidade, como se conhecessem perfeitamente o guião do «filme».

São todos estes factos conjugados que permitem supor que a matança na casa do futebolista Kiferro foi realizada pela DISA, de modo a servir de pretexto para a repressão que se seguiu. Pois não seria fácil desencadear tamanho banho de sangue a pretexto de uma simples manifestação, patente no filme oficial dos acontecimentos.

Como explicitámos no Prefácio do *Purga em Angola*, há buracos que não conseguimos preencher, perguntas para que não obtivemos resposta. De modo que não temos a pretensão de conhecer a «verdade completa». No entanto, com base nos muitos dados recolhidos, pensamos ter chegado a uma «verdade possível», que não estará muito longe da realidade.

Construímos o relato verificável dessa realidade, expressámos uma verdade relativa, aberta a uma constante renovação, à revisão e à crítica. Oxalá o conhecimento de novos factos ajude a preencher os buracos que persistem, a compreender melhor o que se passou. E estamos certos de que, a seu tempo e sem recearem pela sua sorte, também historiadores angolanos poderão tratar deste tema, com igual seriedade nos métodos, nos processos e no uso das fontes.

■ DALILA CABRITA MATEUS